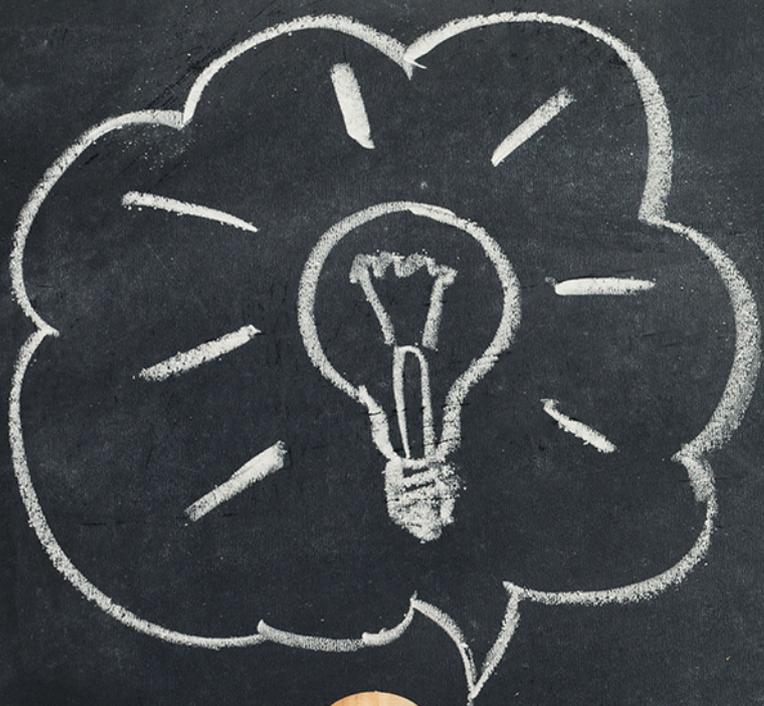


# Qualidade e Políticas Públicas na Educação 2

Marcia Aparecida Alferes  
(Organizadora)



**Atena**  
Editora  
Ano 2018

**Marcia Aparecida Alferes**

(Organizadora)

**Qualidade e Políticas Públicas  
na Educação  
2**

Atena Editora  
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

#### Conselho Editorial

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

Q1 Qualidade e políticas públicas na educação 2 / Organizadora Marcia Aparecida Alferes. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (Qualidade e Políticas Públicas na Educação; v. 2)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-85107-97-0

DOI 10.22533/at.ed.970181912

1. Avaliação educacional. 2. Educação e estado. 3. Escolas públicas – Organização e administração. 4. Professores – Formação. I. Alferes, Marcia Aparecida. II. Série.

CDD 379.81

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## **APRESENTAÇÃO**

O volume 2 da obra “Qualidade e Política Pública na Educação” aborda uma série de capítulos sobre Políticas Públicas para a Educação.

As políticas públicas são um conjunto de opções coletivamente que se destacam na sociedade, que se associam a decisões adotadas pelos governantes e implementadas pelos Estados. Deste modo, podemos compreender que o Estado é o ente que faz, executa e garante que a lei seja colocada em prática.

As políticas educacionais são decisões e ações estatais de caráter educacional, visando atender as necessidades e interesses da sociedade. As políticas públicas para a educação ou políticas educacionais são expressas na legislação educacional.

Alguns dos assuntos abordados nos capítulos foram: reforma do ensino médio, escola de tempo integral, financiamento da educação, diversidade, gestão, entre outros. Os assuntos foram implementados a partir de programas e projetos, para elevar a qualidade do ensino, da aprendizagem, e em alguns casos, da empregabilidade de jovens e adultos.

Nesse sentido, as políticas públicas para a educação têm um papel importante, pois elas emanam das necessidades da sociedade e são colocadas em prática através de ações, que tem por finalidade melhorar a educação e diminuir as desigualdades sociais em todo o Brasil.

**Marcia Aparecida Alferes**

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
DISPUTAS POLÍTICAS NA EDUCAÇÃO: QUE FORÇA PREVALECE?	
<i>Sarah Nobrega</i>	
<i>Sandra Regina Bernardes de Oliveira Rosa</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9701819121</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>13</b>
EDUCAÇÃO SOCIAL NO DIÁLOGO COM A EDUCAÇÃO E A ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL	
<i>Irândi Pereira</i>	
<i>Helena Neves de Almeida</i>	
<i>Claudio Oliveira Fernandes</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9701819122</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>25</b>
EDUCAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO: REFLEXÕES DISCENTES SOBRE ENSINO PROFISSIONALIZANTE NO INTERIOR DO CEARÁ	
<i>Miqueias Miranda Vieira</i>	
<i>Mykaelly Moraes Vieira</i>	
<i>Isabelle Marques Barbosa</i>	
<i>Carlos Henrique Lopes Pinheiro</i>	
<i>Francisco Walef Santos Feitosa</i>	
<i>Antonia Everlania Felix Araujo</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9701819123</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>37</b>
FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E NEOLIBERALISMO: INDISTINÇÃO CRESCENTE ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO NO BRASIL	
<i>Juvenilto Soares Nascimento</i>	
<i>Lucas Lourenço Silva</i>	
<i>Maria Esperança Fernandes Carneiro</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9701819124</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>49</b>
IMPLICAÇÕES DA REFORMA TRABALHISTA PARA O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: O CASO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	
<i>Bartolomeu José Ribeiro de Sousa</i>	
<i>Rosimar de Fátima Oliveira</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9701819125</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>63</b>
INDICADORES SOCIAIS NA EDUCAÇÃO: ANÁLISE DE EVIDÊNCIAS DE VALIDADE DO INDICADOR DE ESFORÇO DOCENTE	
<i>Danielle Xabregas Pamplona Nogueira</i>	
<i>Jeferson Guedes da Silva</i>	
<i>Girlele Ribeiro de Jesus</i>	
<i>Catarina de Almeida Santos</i>	
<i>Francisco Augusto da Costa Garcia</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9701819126</b>	

<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>73</b>
O CONTEXTO ESCOLAR DO ALUNO TRANSEXUAL	
<i>Mariana Coimbra Ziotti</i>	
<i>Manoel Antônio dos Santos</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9701819127</b>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>81</b>
O CONTROLE SOCIAL DA EDUCAÇÃO PÚBLICA: UM ESTUDO DO FUNCIONAMENTO DA CÂMARA DO FUNDEB INTEGRADA AO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA, MATO GROSSO	
<i>Eduardo José Freire</i>	
<i>Aparecida Garcia Pacheco Gabriel</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9701819128</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>93</b>
O DESAFIO DA IMPLANTAÇÃO DO MODELO IEMA DE EDUCAÇÃO: RESULTADOS PARCIAIS SOBRE INCLUSÃO SOCIAL, EVASÃO ESCOLAR E REPETÊNCIA	
<i>Levy Lisboa Neto</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9701819129</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>96</b>
ONDE ANCORAR AS AULAS DE PSICOLOGIA PARA O ENSINO TÉCNICO?	
<i>Sonia Moreira Sarmiento Ribeiro</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.97018191210</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>100</b>
OS MARCOS HISTÓRICOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENSINO DA MATEMÁTICA NO CONTEXTO DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	
<i>Andrieli Taís Hahn Rodrigues</i>	
<i>Rúbia Emmel</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.97018191211</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>111</b>
POLÍTICA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: O DISCURSO DAS INSTITUIÇÕES	
<i>Raimunda Maria da Cunha Ribeiro</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.97018191212</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>126</b>
POLÍTICA DE PERMANÊNCIA E INCLUSÃO ACADÊMICA COMO POLÍTICA AFIRMATIVA DE JOVENS DE BAIXA RENDA NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ	
<i>Raimundo Afonso Cardoso Delgado</i>	
<i>Keila Roberta Cavalheiro Guimarães</i>	
<i>Juliane Andrade de Sousa</i>	
<i>Evely Cristina Lima da Silva</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.97018191213</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>143</b>
POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: CONTRIBUIÇÕES DO OBSERVATÓRIO DO PNE NO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE BACIA DO RIO GRANDE/BA	
<i>Marilde Queiroz Guedes</i>	
<i>Nilza da Silva Martins</i>	
<i>Emília Karla de Araújo Amaral</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.97018191214</b>	

<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>154</b>
POLÍTICAS E PRÁTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CURITIBA (1986-1989)	
<i>Alboni Marisa Dedeque Pianovski Vieira</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.97018191215</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>161</b>
POLÍTICAS INDUTORAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL: UM OLHAR SOBRE O PROGRAMA PROINFÂNCIA	
<i>Víviám Carvalho de Araújo</i>	
<i>Núbia Schaper Santos</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.97018191216</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>173</b>
POLÍTICAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA ARTICULADAS À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL (2000-2015)	
<i>Juliane Kelly de Figueiredo Freitas</i>	
<i>Josanilda Mafra Rocha</i>	
<i>Lenina Lopes Soares Silva</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.97018191217</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>184</b>
POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO: TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA INTEGRADA AO ENSINO MÉDIO	
<i>Tatiana Das Mercês</i>	
<i>Michele Pazolini</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.97018191218</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>198</b>
POLÍTICAS SURDAS: ANÁLISE DOCUMENTAL E REFLEXÕES SOBRE AS POLÍTICAS LINGUÍSTICAS VOLTADAS À EDUCAÇÃO DOS SURDOS	
<i>Cristina Almeida da Silva</i>	
<i>Márcia Häfele Islabão Franco</i>	
<i>Fábio Yoshimitsu Okuyama</i>	
<i>Josiane Carolina Soares Ramos do Amaral</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.97018191219</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>208</b>
PROJETOS E PROGRAMAS DE IMPLANTAÇÃO DA INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: DE 1980 A 2010	
<i>Eleuzzy Moni do Carmo Jesus</i>	
<i>Rosemara Perpetua Lopes</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.97018191220</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>218</b>
QUAL O PADRÃO DE QUALIDADE PARA A EDUCAÇÃO, À LUZ DOS FINS E OBJETIVOS DA ESCOLA E DA GESTÃO DEMOCRÁTICA?	
<i>Mario Ruela Filho</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.97018191221</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>234</b>
QUALIDADE DO ENSINO: UMA LEITURA A PARTIR DAS AÇÕES ESTRATÉGICAS DO PDE ESCOLA	
<i>Zenilda Maria de Sousa Paniago</i>	
<i>Maria Cecília Lorea Leite</i>	

**DOI 10.22533/at.ed.97018191222**

**CAPÍTULO 23 ..... 243**

RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADA NA EDUCAÇÃO: O PAPEL DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E DOS COLEGIADOS DE SECRETÁRIOS DE EDUCAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DE PARCERIAS EM MUNICÍPIOS DO OESTE DE SANTA CATARINA (BRASIL)

*Liane Vizzotto*

*Berenice Corsetti*

**DOI 10.22533/at.ed.97018191223**

**CAPÍTULO 24 ..... 251**

TEMAS TRANSVERSAIS, INTERDISCIPLINARIDADE E INCLUSÃO DO SUJEITO QUEER NO CURRÍCULO ESCOLAR

*José Ariosvaldo Alixandrino*

*Luciane Silva de Souza Carneiro*

**DOI 10.22533/at.ed.97018191224**

**SOBRE A ORGANIZADORA ..... 260**

## PROJETOS E PROGRAMAS DE IMPLANTAÇÃO DA INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: DE 1980 A 2010<sup>1</sup>

### **Eleuzzy Moni do Carmo Jesus**

Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação, da Universidade Federal de Goiás (UFG), Regional Jataí. E-mail: moniufg@gmail.com.

### **Rosemara Perpetua Lopes**

Docente da Universidade Federal de Goiás (UFG), Regional Jataí. Professora permanente do Programa de Pós-graduação da UFG, Regional Jataí. Líder do grupo de pesquisa Tecnologias Digitais e Formação de Professores (GTDiF). E-mail: rosemaralopes@ufg.br.

**RESUMO:** Apresentamos um estudo realizado no interior de um programa de pós-graduação, cujo objetivo geral consistiu em identificar projetos e programas de implantação da Informática na educação brasileira, com foco no Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo) e sua implementação no Estado de Goiás. Adotamos como metodologia levantamento bibliográfico realizado na Internet, tendo como descritores: tecnologia educacional; formação de professores; políticas públicas; ProInfo; Goiás. Os resultados evidenciam projetos pioneiros, como o EDUCOM, os quais abordamos à luz de um referencial teórico sobre políticas e modos de incorporação de tecnologias à educação no Brasil. O referido

estudo está relacionado a uma pesquisa de mestrado em desenvolvimento, delineada a partir do seguinte problema: o ProInfo existe no Estado de Goiás? Neste Estado, qual a sua proposta? Caso exista, como vem sendo implementado?

**PALAVRAS-CHAVE:** Tecnologias de Informação e Comunicação. Políticas públicas. Educação Básica.

### **1 | INTRODUÇÃO**

Apresentamos resultados de um estudo realizado em 2016, como exigência para a conclusão da Disciplina “Educação em Ciências e Matemática”, do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), da Universidade Federal do Goiás (UFG), Regional Jataí (REJ). Parte da bibliografia básica da referida Disciplina foi relativa às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) na Educação e sua presença no ensino público. Assim, ao finalizá-la, optamos por discorrer sobre um tema localizado na interface entre políticas e práticas educacionais.

Ao realizá-lo, tivemos como objetivo geral identificar os principais projetos e programas de

1 Este texto foi originalmente publicado pelas autoras em 2017, nos anais do 29º Congresso de Educação do Sudoeste Goiano, sendo aqui reproduzido com alterações.

informática na educação brasileira, com foco no Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo) em Goiás. Os objetivos específicos consistiram em: descrever, brevemente, projetos e programas que compõem a história da implantação da informática na educação no Brasil; discutir aspectos relacionados à implementação da informática na educação básica, especificamente no que tange ao uso pedagógico das tecnologias e à formação de professores para esse fim.

Metodologicamente, empreendemos um levantamento bibliográfico na Internet, apresentando, aqui, o resultado dessa busca, os quais discutimos em alguns pontos. Assim, buscamos responder à questão: que políticas públicas existem no Brasil, particularmente em Goiás, voltadas à implantação das tecnologias nas escolas básicas públicas, para fins pedagógicos?

Para responder ao questionamento acima, desenvolvemos o texto a seguir em torno de quatro eixos: o primeiro enfoca o referencial teórico, em que procuramos estabelecer a relação entre tecnologia e educação; o segundo traz a metodologia; o terceiro analisa a história da implantação da informática na educação no Brasil; o quarto traz as discussões sobre os projetos e programas de implementação da informática na Educação formal pública brasileira.

O estudo aqui apresentado está vinculado a uma pesquisa de mestrado em andamento, desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica e análise documental, norteadas pelo seguinte problema: o ProInfo existe no Estado de Goiás? Neste Estado, qual a sua proposta? Caso exista, como vem sendo implementado?

## 2 | REFERENCIAL TEÓRICO

Sancho e Hernández (2006) afirmam que uma das questões educativas que vem ganhando destaque nos últimos anos é o uso da tecnologia. A importância da tecnologia na escola é colocada por Kenski (2012) nos seguintes termos:

A educação também é um mecanismo de articulação das relações de poder, conhecimento e tecnologias. Desde pequena, a criança é educada em um determinado meio cultural, familiar, onde adquire conhecimentos, hábitos, atitudes, habilidades e valores que definem a sua identidade social. A forma como se expressa oralmente, como se alimenta e se veste, como se comporta dentro e fora de casa são resultados do poder educacional da família e do meio em que vive. Da mesma forma, a escola também exerce o seu poder em relação aos conhecimentos e ao uso das tecnologias que farão a mediação entre professores, alunos e os conteúdos a serem aprendidos. (KENSKI, 2012, p.18-19)

Ao longo da história, as tecnologias se mostram agregadas à própria evolução da humanidade, afirma Kenski (1998). Em um cenário social marcado, cada vez mais, por novas e emergentes tecnologias, a educação, enquanto transmissora dos conhecimentos historicamente acumulados (SAVIANI, 2012), tem o papel de tornar as pessoas mais críticas e autônomas em relação ao seu futuro socioeconômico e

político. O papel da educação é emancipar as pessoas, seu objetivo é contribuir para torná-las menos dependentes e alheias às determinações do poder econômico, político e social. Pressupondo que aprender não consiste apenas em acumular conhecimento (GADOTTI, 2003), em tempos de globalização, as competências digitais tornam-se uma nova forma de capital dos indivíduos (SANCHO; HERNÁNDEZ, 2006).

Nesse cenário, a implantação da Informática nas escolas brasileiras é descrita por Valente (1999a) conforme segue:

No Brasil, as políticas de implantação da informática na escola pública têm sido norteadas na direção da mudança pedagógica. Embora os resultados dos projetos governamentais sejam modestos, esses projetos têm sido coerentes e sistematicamente têm enfatizado a mudança na escola. Isso vem ocorrendo desde 1982, quando essas políticas começaram a ser delineadas. No entanto, essas políticas não são claramente defendidas por todos os educadores brasileiros e sua implantação sofre influências de abordagens utilizadas em outros países como Estados Unidos da América e França. Nesses países, a utilização da informática na escola não tem a preocupação explícita e sistêmica como um objeto com o qual o aluno deve se familiarizar. Portanto, os objetos da inserção da informática nesses países são muito mais modestos e fáceis de serem conseguidos: envolvem menos formação dos professores, menor alteração da dinâmica pedagógica em sala de aula e pouca alteração do currículo e da gestão escolar. (VALENTE, 1999a, p. 2)

Sancho e Hernández (2006) corroboram com a ideia de que a tecnologia na educação resultará em melhorias somente quando administradores escolares, especialistas, assessores pedagógicos e professores reorientarem suas visões sobre o ensino e a aprendizagem, promovendo mudanças no currículo escolar. Segundo Valente (1999b):

As mudanças introduzidas pelos sistemas de ensino, na tentativa de responder aos novos desafios, não têm sido satisfatórias. Primeiro, propostas de uma nova pedagogia têm se mantido fiel à concepção da transmissão de informação, mantendo estrutura de disciplinas e de conteúdos estanques. Segundo, não incorporara o uso das tecnologias da informática e da telecomunicação, como recursos para ampliar o acesso à informação e para favorecer a criação de ambientes de aprendizado que enfatizem a construção de conhecimento. Terceiro, não se pode pensar em mudanças educacionais ou mesmo na escola, se não tivermos em mente todas as questões envolvidas com esse processo, como o novo papel do aluno, do professor, da gestão e da comunidade de pais. (VALENTE, 1999b, p. 33-34)

A seguir, apresentamos a metodologia adotada para o desenvolvimento do tema focalizado.

### 3 | METODOLOGIA

Realizamos um levantamento inicial de Teses e Dissertações (T&D) no Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), tendo como *descritores* “tecnologia educacional”; “formação de professores”; “políticas públicas”,

“ProInfo” e “Goiás”, e nenhum estudo foi encontrado. Então realizamos nova busca pelo *Google*, com os mesmos descritores, localizando um artigo sobre o ProInfo em Goiás, intitulado “Desafios, conquistas e possibilidades” (BUENO *et al.*, 2009).

No Portal do Ministério da Educação (MEC) localizamos informações sobre os projetos e programas EDUCOM, Formar, Programa Nacional de Informática Educativa (PRONINFE), 1º Plano de Ação Integrada (PLANINFE), ProInfo, Projeto “Um Computador por Aluno” (UCA) e Programa “Um Computador por Aluno” (PROUCA).

A princípio, pretendíamos desenvolver revisão bibliográfica, mas, em função dos locais de busca (fontes) em que, efetivamente, encontramos resultados à pesquisa *on-line* empreendida e da natureza do dados obtidos (informações disponibilizadas em *sites* governamentais), optamos por chamar “levantamento” e não “revisão bibliográfica” o trabalho metodológico realizado, partindo do entendimento de que essa última consiste em pesquisa sobre a literatura de uma área específica, a qual não realizamos.

Assim delineada, a metodologia permitiu descrever o percurso histórico do objeto investigado, com base nos “achados” resultantes das buscas, e relacioná-lo a alguns estudos do referencial teórico pertinente ao tema, estando a discussão circunscrita a esse *design*.

Oportunamente, esclarecemos que este texto não tem a pretensão de esgotar o tema, que é amplo, conforme evidenciam Tavares (2002) e Moraes (2006).

## 4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apresentamos resultados que evidenciam o percurso da implantação da Informática na educação brasileira, e, ao mesmo tempo, dão margem a questionamentos sobre esse processo, organizando o texto por programa e projeto implantado.

### 4.1 Projetos EDUCOM e Formar

De acordo com Nascimento (2007), a introdução da tecnologia no sistema de ensino público brasileiro ocorreu quando o MEC patrocinou o projeto EDUCOM, primeiro e principal projeto público de Informática na educação brasileira. Esse Projeto forneceu as bases para a estruturação de outro, mais completo e amplo, chamado PRONINFE.

Ao Centro de Informática Educativa (Cenifor) coube a responsabilidade pela implementação, coordenação e supervisão técnica do Projeto EDUCOM, cujo suporte financeiro e delegação de competência foram definidos em um “Protocolo de Intenções”, assinado entre MEC, Secretaria Especial de Informática (SEI), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa (FUNTEVÊ), em 1984.

Nessa época, o MEC assumiu a liderança do processo de implantação da Informática na educação brasileira. Um dos argumentos utilizados para a transferência do Projeto EDUCOM para o MEC foi o de que Informática na educação tinha natureza pedagógica, relacionada ao processo de ensino e aprendizagem, envolvendo escolas e universidades públicas brasileiras.

Nascimento (2007) afirma que o Projeto Formar, por sua vez, dividido em Formar I, datado de 1987, e Formar II, de 1989, foi criado por recomendação do Comitê Assessor de Informática e Educação (CAIE) do MEC, sob a coordenação do Núcleo de Informática Aplicada à Educação (NIED), da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), ministrado por pesquisadores e especialistas dos demais centros-piloto integrantes do Projeto EDUCOM. Sobre o Formar, Moraes (1997) esclarece:

Com a escolha do nome Projeto Formar, tínhamos em mente marcar uma transição importante em nossa cultura de formação de professores. Ou seja, pretendíamos fazer uma distinção entre os termos formação e treinamento, mostrando que não estávamos preocupados com adestramento ou em simplesmente adicionar mais uma técnica ao conhecimento que o profissional já tivesse, mas, sobretudo, pretendíamos que o professor refletisse sobre sua forma de atuar em sala de aula e propiciar-lhe condições de mudanças em sua prática pedagógica na forma de compreender e conceber o processo ensino e aprendizagem, levando-o a assumir uma nova postura como educador. (MORAES, 1997, p. 22-23).

Os projetos Formar I e II foram operacionalizados por meio de dois cursos de especialização em Informática na Educação, em nível de pós-graduação *lato sensu*, realizados na UNICAMP, em 1987 e 1989, dedicados aos professores das diversas secretarias estaduais de educação e das escolas técnicas federais.

## 4.2 Proninfe e Planinfe

De acordo com Nascimento (2007), em 1989 foi criado o PRONINFE, fundamentado na necessidade de intensa colaboração entre as três esferas do poder público, de maneira que os investimentos federais seriam canalizados, prioritariamente, para a criação de infraestrutura em instituições de educação federais, estaduais e municipais, para a capacitação de recursos humanos e busca de autonomia científica e tecnológica.

O PRONINFE tinha por finalidade: desenvolver a informática educativa no Brasil, através de projetos e atividades, articulados e convergentes, apoiados em fundamentação pedagógica sólida e atualizada, de modo a assegurar a unidade política, técnica e científica imprescindível ao êxito dos esforços e investimentos envolvidos. (NASCIMENTO, 2007, p. 25)

Como afirma Nascimento (2007), em 1990, o MEC aprovou o PLANINFE, para o período de 1991 a 1993, com objetivos, metas e atividades associados a um horizonte temporal de maior alcance. O PLANINFE, assim como o PRONINFE, tinha por objetivo fortalecer a área de formação de professores e técnicos, por meio de um intensivo programa de capacitação de recursos humanos, envolvendo universidades,

secretarias, escolas técnicas e empresas, como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). O PRONINFE e o PLANINFE destacavam a necessidade de um forte programa de formação de professores e técnicos na área de Informática. Os organizadores desses projetos acreditavam que nenhuma mudança tecnológica ocorreria, se não estivesse profundamente amparada por um intensivo programa de capacitação de recursos humanos.

#### 4.3 ProInfo no Brasil e em Goiás

Ainda segundo Nascimento (2007), o ProInfo foi uma iniciativa do MEC, por meio da Secretaria de Educação a Distância (SEED), criado pela Portaria nº. 522, de 09 de abril de 1997, desenvolvido em parceria com governos estaduais e municipais. De acordo com o autor, o ProInfo foi criado para financiar as TIC nas escolas públicas de ensino básico, como ferramenta de apoio, e para diversificar as possibilidades de ensino e aprendizagem. Seu funcionamento ocorria de forma descentralizada: em cada unidade da Federação existia uma Coordenação Estadual ProInfo, cujo trabalho principal era introduzir as TIC nas escolas públicas, além de articular os esforços e as ações desenvolvidas no setor sob sua jurisdição, em especial as ações dos Núcleos de Tecnologia Educacional (NTE). Os NTE eram locais, dotados de infraestrutura de informática e comunicação e reuniam educadores e especialistas em tecnologia de *hardware* e *software*.

Considerando o novo perfil de aluno e a chegada de diferentes recursos à escola, o ProInfo se subdividiu em: ProInfo Integral, e-ProInfo, ProInfo 1, ProInfo 2 e ProInfo 3.

O ProInfo Integral é um Programa de formação voltado para o uso didático-pedagógico das TIC no cotidiano escolar, articulado à distribuição dos equipamentos tecnológicos nas escolas e à oferta de conteúdos e recursos multimídia e digitais oferecidos pelo Portal do Professor, pela TV Escola e DVD Escola, pelo Portal Domínio Público e pelo Banco Internacional de Objetos Educacionais (BIOE) (NASCIMENTO, 2007).

O e-ProInfo, por sua vez, é um ambiente virtual colaborativo de aprendizagem, que permite diversas ações, como cursos à distância, complemento a cursos presenciais, projetos de pesquisa, projetos colaborativos e outras formas de apoio à distância ao processo de ensino e aprendizagem.

Já o ProInfo 1 recebeu esse nome por oferecer computadores equipados com a plataforma *Windows* 1998. Nesta fase do Programa, todos os equipamentos eram da Positivo Informática. No início dos anos 2000, surgiu o ProInfo 2, com equipamentos da Procomp, equipados com plataforma *Windows XP*. O ProInfo 3 corresponde à fase em que o Programa recebeu novos equipamentos e plataforma *Linux*. Os *softwares Windows* e *Windows XP* são privados e é necessário o pagamento de licença para o uso em todas as máquinas em que são instalados, enquanto o *Linux* não tem custo.

De acordo com informações extraídas da página da Secretaria de Estado, de Educação, Cultura e Esporte (SEDUCE) (<<https://site.seduc.go.gov.br>>), outrora Secretaria Estadual de Educação de Goiás, essa Secretaria, em parceria com o Governo Federal, tem auxiliado na implantação do ProInfo. As atividades iniciaram em 1993, mediante a implantação do primeiro Centro de Informática na Educação (CIED), para promover o uso pedagógico da informática na rede pública de Ensino Fundamental e Médio. Em 2017, todos os municípios do Estado de Goiás estavam cadastrados no ProInfo.

Segundo Bueno *et al.* (2009), em Goiás, a exemplo do que ocorria em outros estados do Brasil, a Secretaria Estadual de Educação esteve frente ao desafio de implantação do ProInfo. A rede estadual de ensino implementou NTE situados, estrategicamente, em municípios goianos, de forma a atender todas as unidades escolares que receberam Laboratório de Informática Educacional (LIED). Os computadores chegaram às escolas com a proposta de melhorar o ensino e a aprendizagem, no entanto, era necessário capacitar os professores, pois a mera implantação de laboratórios com computadores, por si só, não era suficiente para garantir o sucesso do Projeto.

Assim descrito, esse processo remete à Kenski (2012), segundo a qual

Nem mesmo a formação pedagógica e crítica para o desenvolvimento de projetos educacionais de acordo com os mais novos paradigmas e teorias educacionais vai levar a escola a alcançar os novos índices almejados de qualidade. Todas essas condições são necessárias, precisam estar presentes no projeto dessa nova escola, no entanto, elas não são ainda suficientes. A escola do tamanho do mundo, que se viabiliza pelo uso intensivo das tecnologias e das redes digitais, precisa ser vista com uma nova mentalidade. (KENSKI, 2012, p. 125)

Para Kenski (2012), as novas exigências que pesam sobre a educação brasileira encaminham para redefinições já verificadas em outros países, a exemplo de França e Estados Unidos da América, que transformaram a educação em prioridade. Cabe aos governos, à sociedade, às esferas públicas criar condições para a formação do cidadão viver plenamente numa sociedade em que o tempo e o espaço são redimensionados pela presença das tecnologias digitais.

#### 4.4 Projeto UCA e Programa PROUCA

Valente (1997) defende que o “uso inteligente” do computador na educação é o que possibilita mudanças no sistema educacional atual e que o computador deve ser um recurso para o aluno criar, manipular a informação, que permita a construção do conhecimento.

Retomando o processo de implementação da Informática na educação brasileira, de acordo com o Portal do MEC, em 2005 foi criado o Projeto UCA, pelo governo federal. Esse Projeto previa inclusão digital, por meio da distribuição de um computador portátil (*laptop*) para cada estudante e professor de Educação Básica em escolas públicas, almejando passar de uma educação centrada no professor para outra

baseada na cooperação de alunos que aprendem juntos e partilham objetivos comuns e na expectativa de que o aluno se torne protagonista do processo de construção do conhecimento. Em 2007, cinco escolas brasileiras foram contempladas com o Projeto UCA, com o objetivo de conhecer os principais impactos e resultados dessa nova forma de utilização das tecnologias digitais nas escolas públicas brasileiras.

De acordo com o Portal do MEC, em 10 de junho de 2010, foi criado o PROUCA, com o objetivo de promover a inclusão digital pedagógica e o desenvolvimento dos processos de ensino e aprendizagem de alunos nas escolas públicas brasileiras mediante a utilização de computadores portáteis, denominados “*laptops* educacionais”. O equipamento a ser adquirido continha sistema operacional específico e características físicas que facilitavam o uso e garantiam a segurança dos estudantes e foi desenvolvido, especialmente, para uso em ambiente escolar. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) facilitou a aquisição desses equipamentos com recursos dos estados e municípios.

#### 4.5 Discussão

No Brasil, o movimento de implantação da Informática na Educação parece intensificar-se entre as décadas de 1980 e 1990, o Estado brasileiro investe em projetos de implantação de tecnologias no sistema educacional. Neste ponto, cabe retomar Libâneo (1998) e sua premissa de que a escola atual se mantém como instituição necessária à democratização da sociedade e tem a função específica de formar cidadãos participantes em todas as instâncias da vida social contemporânea, garantindo aos alunos efetivas condições de exercer a liberdade política e intelectual.

Segundo Moraes (1997), uma nova educação visando à cidadania global consiste em formar seres conscientes da amplitude e dos desafios do mundo atual, preparar o indivíduo para ser contemporâneo de si mesmo, membro de uma cultura sem fronteiras, e, ao mesmo tempo, de uma comunidade próxima, que, além de exigir sua instrumentação técnica para a comunicação à longa distância, requer a compreensão de que a mudança é individual, e, ao mesmo tempo, coletiva.

Outrossim, Echalar, Peixoto e Carvalho (2015) afirmam que a escola é o local privilegiado para que se concretizem determinados interesses dirigidos a um estado que tem obrigações sociais para muito além da educação. No entanto, esbarra na falta de reconhecimento e desvalorização dos que se dedicaram à implantação desses projetos, na descontinuidade ocasionadas por mudanças de governo, na manutenção da subordinação de ações educacionais a interesses econômicos e políticas internacionais.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da implantação da Informática na educação no Brasil teve início com o

Projeto EDUCOM, que deu origem a vários outros projetos e ações. A partir de 1984, o MEC assumiu a liderança desse processo. Em Goiás, a implantação da Informática na escola pública de Educação Básica teve início em 1993, com o ProInfo.

O exposto sugere que existe um movimento histórico de incorporação de tecnologias à educação brasileira, incluindo Goiás, no entanto, políticas públicas que promovam a efetiva integração dessas tecnologias na escola básica, não como panaceia ou mais uma forma de alienação do sujeito, expropriando-o, uma vez mais, de seu trabalho, mas como forma de valorização da profissão docente e de respeito ao direito do aluno de aprender, estão por ser alcançadas.

## REFERÊNCIAS

- BUENO, Divino Alves et al. **ProInfo em Goiás: desafios, conquistas e possibilidades**. 2009. Disponível em: <<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000015048.pdf>>. Acesso em: 09 jan. 2017.
- ECHALAR, Adda Daniela Lima Figueiredo; PEIXOTO, Joana; CARVALHO, Rose Mary Almas de (Orgs.). **Ecos e repercussões dos processos formativos nas práticas docentes mediadas pelas tecnologias**. Goiânia: Kelps, 2015.
- GADOTTI, Moacir. **Boniteza de um sonho: ensinar-e-aprender com sentido**. São Paulo: GRUBHAS, 2003.
- KENSKI, Vani Moreira. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação**. 8. ed. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2012.
- KENSKI, Vani Moreira. Novas tecnologias: o redimensionamento do espaço e do tempo e os impactos no trabalho docente. **Revista Brasileira de Educação**, n. 8, p. 58-71, mai./ago., 1998.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus professor, adeus professora? Novas exigências educacionais e profissão docente**. São Paulo: Cortez, 1998.
- MORAES, Maria Candida. Informática educativa no Brasil: uma história vivida, algumas lições aprendidas. **Revista Brasileira de Informática na Educação**. n. 01, p.19-44, set. 1997.
- MORAES, Raquel de Almeida. A Política Educacional de Informática na educação Brasileira e as Influências do Banco Mundial. Do Formar ao ProInfo: 1987-2005. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS. 7, 2006, Campinas. **Anais...** Campinas, SP: HISTEDBR/UNICAMP, 2006.
- NASCIMENTO, João Kerginaldo Firmino do. **Informática aplicada à educação**. Brasília: Universidade de Brasília, 2007.
- SANCHO, Juana María; HERNÁNDEZ, Fernando. (Orgs.). **Tecnologias para transformar a educação**. São Paulo: Artmed, 2006.
- SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 42. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.
- TAVARES, Neide Rodriguez Barea. **História da informática educacional no Brasil observada a partir de três projetos públicos**. São Paulo: Escola do Futuro, 2002. Disponível em: <<http://www.lapeq.fe.usp.br/textos/te/tepdf/neide.pdf>>. Acesso em: 03 jun. 2018.

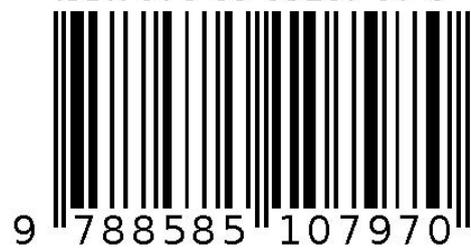
VALENTE, José Armando. Informática na educação no Brasil: análise e contextualização histórica. In: VALENTE, J. A (Org.). **O computador na sociedade do conhecimento**, Campinas, SP: UNICAMP/NIED, 1999a. p.1-13.

VALENTE, José Armando. Mudanças na sociedade, mudanças na educação: o fazer e o compreender. In: VALENTE, José Armando (Org.). **O computador na sociedade do conhecimento**, Campinas, SP: UNICAMP/NIED, 1999b. p. 29-37.

VALENTE, José Armando. O uso inteligente do computador na educação. **Revista Pátio**, Porto Alegre, ano 1, n. 1, p.19-21, mai./jul. 1997.

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-85107-97-0



9 788585 107970